

CIBERATIVISMO NO FACEBOOK: MOVIMENTOS SOCIAIS CONECTADOS EM REDE E A DEMOCRACIA DA INFORMAÇÃO NO GRUPO LGBT BRASIL

Allyson Darlan Moreira¹⁰¹

RESUMO: O presente artigo discute sobre a articulação de movimentos sociais em redes sociais na Internet, a partir de grupos no Facebook, buscando apontar de que maneira isso contribui no processo de democratização da informação e na articulação política de militantes em coexistência com as mobilizações *offline*. Para esta discussão, utilizamos como estudo de caso o grupo LGBT Brasil no Facebook, o maior do segmento em números de membros nesta mídia social.

Palavras-chaves: redes sociais; ciberativismo; democracia; Facebook; LGBT Brasil.

ABSTRACT: This article discusses the articulation of social movements on social networking sites, from Facebook groups, seeking to identify how it contributes to the information democratization process and political articulation of militants in coexistence with mobilizations offline. For this discussion, we use as a case study the LGBT Brasil group on Facebook, the largest segment in member numbers in this social media.

Keywords: social networks; cyberactivism; democracy; Facebook; LGBT Brasil.

INTRODUÇÃO

O avanço tecnológico e dos meios de comunicação têm modificado os mecanismos de interações entre diferentes culturas e povos, reduzindo distâncias e derrubando fronteiras territoriais. A partir do surgimento da *World Wide Web*, desenvolvida pelo engenheiro inglês Tim Bernes-Lee em 1990, e a popularização dos meios de acesso à ela nas décadas seguintes (computador, smartphones, tablets...), a lógica de produção da notícia também se viu afetada pelas nuances tecnológicas. Hoje,

¹⁰¹ Possui graduação em Comunicação Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2014). Atualmente cursa mestrado em Estudos da Mídia e graduação em Administração, ambos pela UFRN. Tem experiência na área de comunicação e sociologia, atuando principalmente nos seguintes temas: jornalismo, cibercultura, marketing, diversidade sexual, direitos humanos e gênero.

mais que meros receptores da produção midiática, as pessoas podem se utilizar das mídias móveis e atuarem como produtores de informação.

Nos últimos anos, o debate em torno dos direitos da comunidade Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis (LGBT) têm se acirrado como nunca na história recente do Brasil. Líderes da bancada evangélica na Câmara dos Deputados vêm travando verdadeiras disputas político-ideológicas nas mídias sociais com representantes dos direitos LGBT's contra aquilo ser contra a "natureza humana", um golpe contra a família verdadeira (modelo familiar baseado unicamente na união entre indivíduos de sexos opostos) e a promoção da desordem de princípios morais.

Essa efervescência político-ideológica foi impulsionada, inicialmente, pela apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (PDC 234/11), batizado como projeto de "cura gay", do deputado federal João Campos (PSDB-GO), e nomeação polêmica do também deputado federal e pastor Marco Feliciano (PSC-RJ), acusado de racismo e homofobia pelos movimentos sociais, para a Presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara (CDHM). No mesmo momento em que os homossexuais obtêm importantes conquistas legais, como direito à adoção e o reconhecimento da união estável.

No Facebook, inúmeras páginas e grupos em defesa dos LGBT's e de representantes da parcela conservadora da sociedade emergiam como propulsoras do debate que se acirrava. Principais representantes desses movimentos antagônicos, como o deputado federal Jean Wyllys (P-SOL/RJ), da esquerda pró-direitos igualitários para a população de LGBT's, e Marco Feliciano (PSC-RJ), então presidente da CDHM e líder da bancada evangélica, se utilizavam de seus perfis nas mídias sociais para trocar acusações e manter diálogo com seus simpatizantes.

Contra o avanço da bancada evangélica na Câmara dos Deputados e suas propostas tradicionalmente conservadoras, as mídias sociais, com destaque para o Facebook, torna-se um dos principais campos de atuação e engajamento de segmentos de defesa dos direitos LGBT's. Surgem, então, grupos como o *LGBT Brasil*, que reúne mais 75 mil e 600 usuários do Facebook para debate, compartilhamento e articulações em torno das políticas LGBT's e do crescimento dos casos de violência motivados por ódio.

Com isso, este artigo pretende voltar-se para o estudo de caso do grupo *LGBT Brasil*, por meio de um enfoque sistêmico-relacional, enfatizando o aspecto relacional

da interação e buscando valorizar a complexidade do sistema interativo (Primo, 2005, p.11). Segundo Primo (2005), na abordagem sistêmico-relacional importa investigar o que se passa entre os sujeitos, entre o interagente humano e o computador, entre duas ou mais máquinas.

Neste sentido, busca-se entender como e dá o processo de organização do grupo *LGBT Brasil* no Facebook, a partir da interação social que nele se realiza, e discutir de que maneira isso contribui na democratização da informação entre os indivíduos que nesse grupo se situam. Ao final, buscamos também compreender como a utilização de dispositivos digitais, em especial o Facebook, remodela o modo de ser ativista e de que maneira o espaço físico e online se correlacionam para além do dualismo.

1. A CIBERCULTURA E AS MUDANÇAS SOCIAIS

Utilizamos como base teórica inicial o conceito de ciberespaço do filósofo francês Pierre Lévy, um dos principais estudiosos no campo da mídia digital. Em seu livro *Cibercultura* (1999), Lévy traz suas considerações sobre o crescimento de um novo meio de comunicação que se baseia na interligação de computadores, o ciberespaço. É a partir disso que se origina, segundo ele, a cibercultura. “A cibercultura expressa o surgimento de um novo universo, diferente das formas que vieram antes dele no sentido de que ele se constrói sobre a indeterminação de um sentido global qualquer” (LÉVY, 1999, P.15).

Sobre os conceitos de ciberespaço e cibercultura, Lévy explica:

O ciberespaço é o novo meio de comunicação que surge de interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abria, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo. Quanto ao neologismo “Cibercultura”, especifica aqui o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço. (LÉVY, 1999, p. 17).

Essa revolução tecnológica concentrada nas tecnologias da informação está promovendo mudanças significativas e aceleradas na sociedade (CASTELLS, 1999, p. 22), através de um novo sistema de comunicação com linguagem universalizada que “permite a integração global da produção e distribuição de palavras, sons e imagens de

nossa cultura como personalizando-os ao gosto das identidades e humores dos indivíduos”. Segundo Castells (1999), as redes interativas de computadores estão em expansão e permitindo a criação de novas formas e canais de comunicação, que molda a vida e, ao mesmo tempo, são moldadas por ela.

Essa cadeia de computadores que media um novo sistema de comunicação gera, de acordo com Castells (1999), uma gama enorme de comunidades virtuais. A tendência social e política característica da década de 90, contudo, é a construção da ação social e das políticas em torno de identidades primárias (CASTELLS, 1999, p. 39).

Por identidade, entendo o processo pelo qual um ator social se reconhece e constrói significado principalmente com base em determinado atributo cultural ou conjunto de atributos, a ponto de excluir uma referência mais ampla a outras estruturas sociais. Afirmção de identidade não significa necessariamente incapacidade de relacionar-se com outras identidades (por exemplo, as mulheres ainda se relacionam com os homens), ou abarcar toda a sociedade sob essa identidade (por exemplo, o fundamentalismo religioso aspira converter todo mundo). (CASTELLS, 1999, p. 39).

O conhecimento inicial que se tem sobre a utilização do ciberespaço como campo de movimento político remonta da década de 70, quando um grupo de jovens americanos, intitulado *Computer for the People*, quis explorar o potencial matemático dos computadores para auxiliar os cidadãos comuns. Como afirma Lévy (1999), o significado social da informática foi completamente transformado. A ideia inicial foi recuperada e utilizada pela indústria que, conseqüentemente, correspondeu aos objetivos do movimento (LÉVY, 1999, p. 113).

Em grande medida, vivencia-se atualmente um contexto de crise dos meios de comunicação tradicionais (televisão, rádio, imprensa escrita). Ramonet (2013) aponta para o problema de organização de um modelo econômico eficiente, na medida em que nenhum dos modelos vigentes traz garantia de rentabilidade, configurando-se uma crise de caráter econômico.

Serrano (2013), por sua vez, indica outras facetas dessa crise: crise de mediação, de credibilidade, de objetividade, de autoridade, de informação e de distribuição. Destacamos aqui duas facetas apontadas pelo autor: as crises de credibilidade e autoridade. No que diz respeito à autoridade, Serrano (op. Cit.) aponta para a perda da autoridade ou do monopólio sobre a informação por parte dos grandes meios de comunicação de massa, na medida em que a internet e as novas tecnologias vêm

possibilitando ao público questionar a autoridade do mediador sobre a informação, tradicionalmente atribuída aos jornalistas profissionais dos grandes meios. Isso, graças à facilidade de produção e distribuição de informação pela rede. Hoje, engendra-se uma ruptura dos papéis que antes eram fixos no processo de comunicação de massa: o emissor, de um lado, e o receptor, de outro; o emissor, que era ativo, e o receptor, passivo.

Quanto à confiança, Serrano (op. cit.) sugere que o público não confia mais nos meios de comunicação, na medida em que vem se comprovando a capacidade desses meios de mentir ou ocultar elementos fundamentais da realidade. Nesse sentido, cresce também a desconfiança sobre a independência desses meios em relação aos poderes político e econômico. A imprensa de massa, da forma como surgiu e se massificou na segunda metade do século XIX, apresentava-se como um quarto poder, “uma espécie de contrapoder ou um contrapeso” frente aos outros poderes hegemônicos (político e econômico, sobretudo). Contudo, em muitas democracias atuais o “quarto poder” está nas mãos de grupos midiáticos privados articulados com o poder dominante, deixando assim de cumprir o papel fundamental da mídia em uma democracia: agir como um contrapoder frente aos poderes dominantes da sociedade.

A cumplicidade do quarto poder com os poderes dominantes faz com que ele deixe de funcionar como tal, o que representa um grave problema para a democracia, pois não é possível concebê-la sem o autêntico contrapoder da opinião pública. Uma das especificidades dos sistemas democráticos está, aliás, na tensão permanente entre poder e contrapoder, cujo resultado é a versatilidade e a capacidade de adaptação do sistema (RAMONET, 2013, p. 98)

Frente ao atual contexto de crise dos modelos tradicionais de comunicação de massa, Ramonet (op. cit.) afirma que a internet nos permite voltar a sonhar com a democratização da informação, dado o relativo baixo custo para se ter um veículo/meio de expressão. A internet estaria viabilizando o surgimento do que ele define como um “quinto poder”. Este novo poder seria resultado da atuação de cidadãos que têm acesso à internet e que através das novas tecnologias da informação vêm atuando na produção e difusão de informações, muitas vezes produzindo conteúdos ou contestando conteúdos produzidos e publicados pelos meios de comunicação tradicionais. Uma nova forma de

produzir informação estaria sendo produzido pela internet (blogs, redes sociais), em concorrência direta com o modelo tradicional de massa.

Cada cidadão tem acesso à informação sem depender dos grandes meios de comunicação, como antes. O novo dispositivo tecnológico faz com que cada cidadão deixe de ser só o receptor da informação- acabando, assim, com um modelo que foi norma durante muito tempo, desde o advento dos meios de massa. Nunca na história das mídias os cidadãos contribuíram tanto para a informação. Hoje, quando um jornalista publica um texto on-line, ele pode ser contestado, completado ou debatido, sobre muitos assuntos, por um enxame de internautas tão ou mais qualificados que o autor (RAMONET, 2013, p. 86).

Pouco a pouco, as sociedades constroem meios de questionar de que forma a mídia dá conta da realidade, a quem pertence a informação, por quais interesses os meios de comunicação hegemônicos estão atravessados, e para quem eles trabalham. Esse “quinto poder” seria constituído por um novo personagem: o “cidadão informante”. Com o desenvolvimento das mídias digitais, esse novo personagem entra em concorrência com os meios de comunicação tradicionais de massa e os interpela.

O [novo] personagem é o cidadão, um “cidadão informante”, que tem duas características principais: por um lado, ele é um amador, não profissional da informação; em nossa sociedade, a internet está permitindo o auge da massificação de um novo tipo de amador especialista. Por outro lado, esse amador pode ser muito profissional em sua área (...) há muita gente que sabe muito de alguma coisa e, às vezes, muitíssimo mais do que a maioria dos jornalistas. (...) Eles não são jornalistas, mas sabem escrever, sabem pensar, conhecem o assunto- e, graças à internet, têm a possibilidade de criar uma informação que chega [ou pode chegar] ao mundo inteiro (RAMONET, 2013, p. 67).

Segundo Cardon e Granjon apud Moraes (2013), grupos de ativistas e coletivos perceberam na rede um espaço particularmente adaptado à construção de novas formas de mobilização e de engajamento, servindo ao mesmo tempo como suporte de coordenação, de informação e de modalidades de ação através do novo repertório de ação do ciberativismo.

2. MOVIMENTO LGBT E CIBERATIVISMO

A ideia de movimento social surge a partir da articulação de uma parcela da sociedade motivada por interesses em comum, consciente e identitariamente ligada. É como explica Boudon (1993):

Um movimento social pode constituir-se em torno de “interesses” a serem defendidos ou promovidos. Por interesses, não se deve apenas entender a maximização de certas vantagens em matéria de tempo e trabalho, de salário e de renda. Posso interessar-me também pelos sinais de hostilidade de que sou objeto ou de que meus filhos são vítimas na escola porque seu pai é judeu ou um “negro sujo”. Tanto quanto o objeto a que se aplica meu interesse, conta também meu grau de implicação: posso ser vítima de discriminação e, entretanto, resignar-me. (BOUDON, 1993, p. 372).

Na América Latina, o desenvolvimento da internet acontece paralelamente a vários movimentos de redemocratização. Em 1990 o movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis enfrentavam ainda a onda de discriminação em função da pandemia da Aids que atingia vários países do mundo, principalmente no Brasil. Surge nesse período inúmeras Organizações Não-Governamentais (ONGs) de combate a intolerância sexual e às violências resultantes desta.

O surgimento de mídias sociais como *Facebook*, *Twitter*, *Orkut* e toda uma gama de *blogs* a partir do ano 2000, possibilitam a criação de espaços interativos e a criação de grupos sociais motivados por interesses diversos. Só no Brasil, segundo dados do IBOPE¹⁰², mais de 46 milhões de pessoas são usuárias das mídias sociais, representando 86% dos usuários ativos de internet em 2013.

Intensifica-se nesse período o ciberativismo, ampliando as ações de movimentos sociais politicamente motivados no ciberespaço. Com a popularização da internet e, conseqüentemente, novas fontes de informação, a fragmentação da audiência, contudo, não põe fim ao agendamento, teoria que propõe que a mídia pauta os assuntos que as pessoas “devem” pensar (MAINENTI, 2012).

¹⁰² Pesquisa completa disponível em: < <http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/paginas/numero-de-usuarios-de-redes-sociais-ultrapassa-46-milhoes-de-brasileiros.aspx> > acesso em 01 de junho de 2015.

É importante ressaltar que, apesar da pluralização dos atores na esfera de visibilidade pública, não podemos, de forma alguma, igualar o poder deles. Os meios de comunicação de massa continuam a ter uma importância central na construção dessa esfera, o que muda é que agora aumenta a disputa desse espaço com outras fontes de informação. (MAINENTI, 2012, p.5).

Com isso, mídias sociais como *Facebook* e *Twitter*, além de *blogs*, podem contribuir para a formação de uma agenda alternativa àquela dos grandes veículos de comunicação.

No Brasil vivemos um contexto contraditório no que diz respeito as políticas voltadas para o movimento LGBT. Atualmente a visibilidade das ações do movimento e de suas demandas na mídia e na sociedade tem crescido exponencialmente. Por outro lado, temos a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que reconhece a união estável homossexual, o que provocou o embate com muitos políticos da bancada religiosa que têm bloqueado o avanço da agenda LGBT.

Fugir da discussão e políticas voltadas para o movimento LGBT se tornou inevitável nas pautas das esferas do poder. Contudo, a grande questão ainda é verificar se as ferramentas interativas do ambiente virtual, consideradas democrática, acessível e de rápida disseminação, têm alcançado resultados no mundo real. Será que as mídias sociais estão realmente ajudando a construir um engajamento coletivo capaz de sensibilizar a opinião pública, pressionar autoridades e fortalecer a esfera pública como espaço de deliberação política?

3. LGBT BRASIL NO FACEBOOK

A escolha do grupo a ser estudado se deu a partir de um processo de pesquisa no Facebook que começou com uso de palavras-chave como “LGBT”, “Homofobia”, “Gay”, “Movimento LGBT”, “Homossexuais”, “Travesti” e “Transexuais”. A partir dos resultados, foram utilizados os critérios de alcance e notoriedade, levando em consideração aqueles grupos que tinham maior visibilidade. Com isso, chegou-se ao grupo *LGBT Brasil*, com aproximadamente 77,4 mil membros totalizados¹⁰³.

¹⁰³ Acesso em 20 de julho de 2015.



Figura 1 O grupo LGBT Brasil é público no Facebook, permitindo que qualquer um veja seus membros e publicações na linha do tempo.

O grupo *LGBT Brasil* no Facebook surge nos primeiros meses de 2014 com o intuito de levar para o campo virtual as discussões em torno dos direitos LGBT's que não alcançam a penetração desejada nas mídias tradicionais, como televisão, rádio e veículos impressos. O grupo promove diálogos e debates com seus milhares de membros através do compartilhamento de fotos, caricaturas, produções audiovisuais e textos.

No grupo, os membros trocam mensagens, repercutem matérias que saíram na imprensa e trocam *links* de conteúdos de interesse coletivo, arte, política e entretenimento. O *LGBT Brasil* se apresenta como “um grupo aberto aos assuntos do universo LGBT abordados de forma democrática e plural” e como:

(...) espaço também para se discutir estratégias para que o Brasil se torne um país que respeita a diversidade de seu povo, garantindo igualdade de direitos como saúde, moradia, segurança, educação e família, combatendo todas as formas de discriminação em função das identidades de gênero e orientações sexuais, assim como as demais.



Figura 2 Em postagem, jovem defende respeito às diversidades sexuais.

Segundo Recuero (2011), os estudos das redes sociais na internet a partir da sua organização deve levar em consideração a interação social que constitui as relações de determinado grupo. Ela explica que a interação é a aquela ação que tem como reflexo comunicativo entre o indivíduo e seus pares, como reflexo social (2005, p. 5).

Com a Internet, não se trata mais de dispositivos de formação da opinião pública, de compartilhar julgamentos, mas de constituição de formas de percepção comum e de formas de organização e de expressão da inteligência comum (Lazzarato, 2006, p. 183).

Essa interação social, quando mediada por computador, apresenta-se de maneira particular na dicotomia defendida por Primo (2005). Para ele, a interação mútua e a interação reativa são as únicas possíveis nesse sentido. Sobre a diferença entre ambas, ele explica:

(...) interação mútua é aquela caracterizada por relações independentes e processos de negociação, em que cada interagente participa da construção inventiva e cooperada da relação, afetando-se mutuamente; já a interação reativa é limitada por relações determinísticas de estímulo e resposta (p. 62).

Neste sentido, as interações dentro de condições oferecidas em grupos no Facebook serão sempre mútuas, uma vez que os dispositivos disponíveis de curta, comentários e compartilhamentos dão essas condições. Para Recuero (2011), vale salientar a interação social como causadora de processos sociais diversos. Ainda segundo ela, é perceptível que a interação social, a partir de suas naturezas diferenciadas, influencie os processos sociais que culminam em cooperação, competição e conflito.

A **cooperação** seria o atuar em conjunto de um grupo ou de indivíduos, para a “consecução de um objetivo comum”, sendo, deste modo, essencial para a existência das estruturas sociais. Já a competição seria resultado das diferenças entre desejos e aspirações e a capacidade de provê-los ou ainda, a inadequabilidade desses recursos para toda uma população. A **competição**, embora não resulte necessariamente na constituição de novas estruturas sociais, não é também necessariamente, ponto de quebra dessas estruturas. Por fim, o **conflito** seria diferente da competição na medida em que envolve hostilidade e pessoalidade (Lakatos e Marconi, 1999, p. 89). Primo (2005), a partir de Simmel, salienta a importância de não se observar o conflito separadamente, de forma a percebê-lo unicamente como destruição da estrutura social. O autor salienta que “conflito e cooperação, por não serem extremos opostos, separados por um vazio abismal, só podem de fato ser separados conceitualmente” (2005, p. 20). De fato, as relações sociais podem ser constituídas de interações de natureza diversa. Entretanto, a diferenciação torna-se importante na medida em que auxilia a compreender os efeitos dessas interações sobre a estrutura de determinadas redes sociais. (RECUERO, 2011, p. 21)

O grupo LGBT Brasil possui administradores responsáveis por mediar a entrada de novos membros e fazer valer as regras de organização para que não se fuja da proposta principal, que é a da promoção dos Direitos Humanos e a celebração da diversidade sexual e de gênero existentes na sociedade.

No alto da página, em publicação fixada, os moderadores expõem as principais regras para permanência dos membros no grupo ou a ruptura dos mesmos a ele.

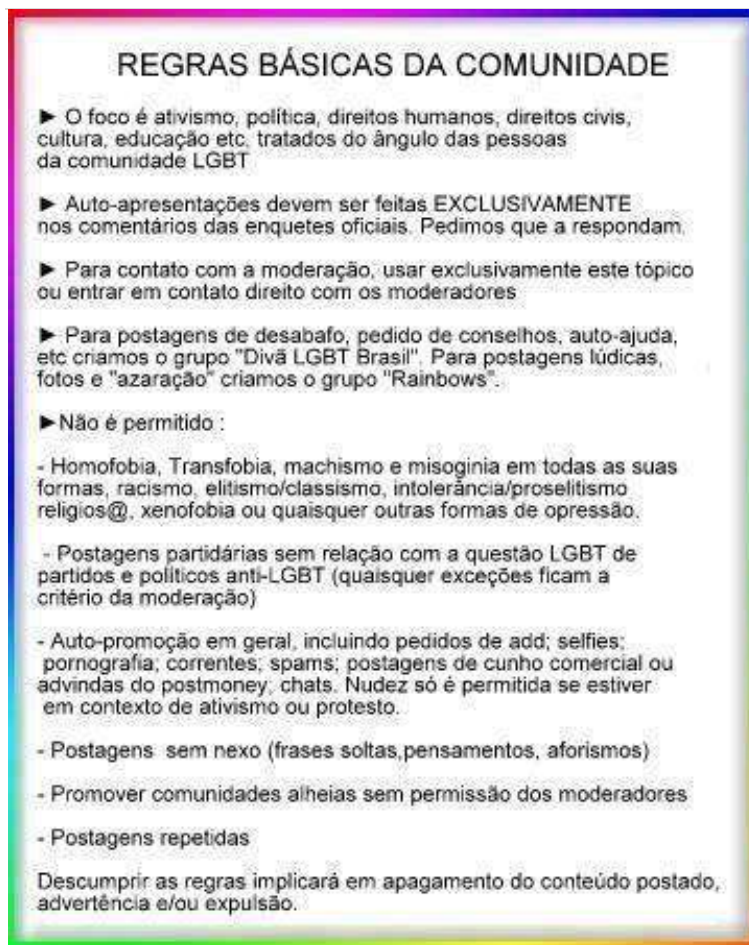


Figura 3 Regras permitem a manutenção da proposta do grupo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em *LGBT Brasil*, o ciberativismo atua como um suporte às mobilizações de rua, através do compartilhamento de *links* de abaixo-assinados, convites para eventos no Facebook de divulgação de mobilizações de pautas diversas e viralização de postagens de conteúdo em prol dos direitos igualitários em gênero e diversidade sexual.

Dentre seus usuários, a utilização das mídias sociais no ativismo LGBTQ+ remonta da insatisfação com o discurso hegemônico e da falta de representatividade que a mesma emprega aos membros do movimento. Neste sentido, eles acabam se envolvendo ativamente nas mídias sociais com o intuito de terem seus anseios atendidos. Todavia, embora produtora de discursos contrários ao da grande mídia, o grupo em questão se utiliza de produtos jornalísticos desta mídia de modo a legitimar o próprio discurso, tomando-as como referências, seja estatística ou de opinião.

Ainda no grupo *LGBT Brasil*, percebe-se que a produção de conteúdo possui mecanismos horizontais, possibilitando que todos os membros possam participar do processo, embora mediados segundos critérios elencados na Figura 3. As regras criadas para a manutenção do grupo atua como códigos de conduta que podem, ou não, serem utilizadas para a expulsão de integrantes. A figura do moderador atua como liderança no grupo, com consequências cruciais que podem afetar a integridade do grupo e a sua continuidade enquanto movimento de caráter democrático na Internet.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALESTIERE, Camille Roberta. Ciberativismos – a formação de agendas de conteúdos alternativos em territórios midiáticos não hegemônicos apropriados pelos movimentos sociais em **Anais do XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul** – Palhoça, SC; 2014. Intercom.

BOUDON, R; BOURRICAUD, F. Dicionário Crítico de Sociologia. São Paulo. Editora Ática, 1993.

BRUM, Juliana de. **A hipóteses do Agenda Setting**: estudos e perspectivas. Disponível em: <http://www.razonypalabra.org.mx/anteriores/n35/jbrum.html>. Acesso em 01 de novembro de 2014.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COUTINHO, Eduardo Granja. **Comunicação e contra-hegemonia**: processos culturais e comunicacionais de contestação, pressão e resistência. Rio de Janeiro, RJ: Ed. UFRJ, 2008.

DUARTE, Yukiko Matsuuchi. Estudos de caso. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. Rio de Janeiro – RJ: Editora Atlas, 2010.

FRAGOSO, S; RECUERO, R; AMARAL, A. **Métodos de Pesquisa para Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011. 239 p.

IBOPE. **Número de usuários de redes sociais ultrapassa 46 milhões de brasileiros**. Disponível em: <http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/paginas/numero-de-usuarios-de-redes-sociais-ultrapassa-46-milhoes-de-brasileiros.aspx>. Acesso em: 01 de novembro de 2014.

LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. **Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. 1.ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora 34, 1999. 264 p.

MAINENTI, Geraldo Márcio Peres. **A teoria da agenda: a mídia e a opinião pública**. Trabalho apresentado no GT Jornalismo, Meio Ambiente e Cidades Sustentáveis, do IX Seminário de Alunos de Pós-Graduação em Comunicação da PUC-RJ, Rio de Janeiro, 2012.

MORAES, Dênis de. **Agências alternativas em rede e democratização da informação na América Latina**. In: MORAES, Dênis de (org.). **Mídia, poder e contrapoder: da concentração monopólica à democratização da informação**. São Paulo, Boitempo, 2013.

MOREIRA, Allyson. **De Corpo e Alma: a transexualidade vista por dentro e por fora**, Trabalho de conclusão de curso. Departamento de Comunicação Social. Natal: UFRN, 2014.

PRIMO, Alex. **Enfoques e desfoques no estudo da interação mediada por computador**. n. 45, 2005. Disponível em: <http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/404nOtF0und/404_45.htm>.

RAMONET, Ignacio. **Meios de comunicação: um poder a serviço de interesses privados?**. In: MORAES, Dênis de (org.). **Mídia, poder e contrapoder: da concentração monopólica à democratização da informação**. São Paulo, Boitempo, 2013.

_____. **A explosão do jornalismo na era digital**. In: MORAES, Dênis de (org.). **Mídia, poder e contrapoder: da concentração monopólica à democratização da informação**. São Paulo, Boitempo, 2013.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na Internet**. 2. Ed. Porto Alegre, RS: Sulina, 2011. 206 p.

RECUERO, Raquel. **Comunidades Virtuais em Redes Sociais na Internet: uma proposta de estudo**. Ecompos, Internet, v.4, n. Dez 2005, 2005.

SERRANO, Pascual. **Outro jornalismo possível na internet**. In: MORAES, Dênis de (org.). **Mídia, poder e contrapoder: da concentração monopólica à democratização da informação**. São Paulo, Boitempo, 2013.